



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638731 - MS (2021/0001979-5)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : EDUARDO GIANNINI CORREIA DE TOLEDO ARTIGAS  
**ADVOGADO** : EDUARDO GIANNINI CORREIA DE TOLEDO ARTIGAS -  
SP409047  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL  
**PACIENTE** : YAN CORREA FIGUEIREDO  
**CORRÉU** : RAFAEL BERTOLOTO TEIXEIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de YAN CORREA FIGUEIREDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (1414385-60.2020.8.12.0000/50000).

O paciente foi condenado, no juízo de primeiro grau, a 6 anos de reclusão no regime semiaberto, por tráfico de drogas, por ter sido apanhado na posse de 17kg de haxixe. Não se conheceu do prévio *writ*, que visava afastar a hediondez do delito, bem como aplicar a causa especial de diminuição com a consequente substituição da privativa de liberdade por restritivas de direitos.

O impetrante insiste nas teses referidas, argumentando que o paciente é primário e de bons antecedentes e não se dedica a atividade criminosa, pois é apenas uma mula do tráfico.

Requer, liminarmente, a aplicação da causa especial de diminuição, com novo cálculo de pena e sua substituição por restritivas de direitos. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto, consoante fixado no Tribunal de origem, a impetração tem feições de sucedâneo recursal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente